



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF

EDITAL N.º 02/2013

O Presidente do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público, através do presente edital, convoca os interessados na publicação de artigos científicos na área jurídica, para a Revista Jurídica do Ministério Público n.7, conforme as disposições seguintes:

1. A Revista Jurídica do Ministério Público é uma publicação anual de responsabilidade do CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, que tem por objetivo o aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores do Ministério Público e o fomento da produção de trabalhos de interesse jurídico e demais pensadores do Direito.
2. Poderão participar do periódico os membros e servidores do Ministério Público, bem como, demais profissionais e formandos de áreas afins às ciências jurídicas, individualmente ou por dois autores, no máximo.
3. Os artigos devem ser inéditos e não podem ser submetidos à avaliação simultânea em outro periódico e deverão ser encaminhados por meio eletrônico ao endereço ceaf@mp.pb.gov.br ou entregue em CD-R junto ao CEAF, localizado na Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 353, Bairro Tambiá, João Pessoa-PB, fone (83) 3221-0917, acompanhado de uma (01) cópia impressa do artigo, assim como, em separado, remessa onde conste o nome completo do autor, os dados relativos a sua titulação, o título do artigo, e endereço completo do articulista, incluindo telefone, fax e endereço eletrônico, uma vez que a parte textual do artigo não deve contemplar nenhuma identificação do autor, como forma de preservar isonomia entre os concorrentes.

4. Os trabalhos deverão ser entregues até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação deste Edital.

5. O texto completo (incluindo notas de rodapé e bibliografia) deve conter no mínimo 12 e no máximo 25 páginas, tamanho A4, padrão ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e não serão aceitos anexos.

6. O texto deverá ser digitado em Word for Windows ou BrOffice, respeitando as seguintes dimensões: papel A4, letra Times New Roman, tamanho 12, excetuando-se as citações de mais de três linhas e notas de rodapé, abaixo descritos, que terão padrão próprio, espaçamento 1,5 (um e meio), margem superior de 3,0cm, inferior de 2,0 cm, direita de 2,0cm e esquerda de 3,0cm, justificado.

7. Corpo do trabalho: o título deve estar sem indicativo numérico. A partir da primeira seção, o indicativo numérico em algarismo arábico precederá seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço e sem ponto. A primeira seção em letra (fonte) minúscula e em negrito, a partir da segunda seção, a letra (fonte) normal e sem negrito. Entre cada seção, deve-se respeitar o espaço de (01) uma linha.

8. Resumo/Abstract: Devem ser apresentados na primeira página do trabalho um em português e outro em inglês, e não podem ultrapassar 250 palavras, com informações que permitam uma adequada caracterização do artigo como um todo. O resumo deve informar o objetivo, a metodologia aplicada, os resultados principais e conclusões. As palavras-chaves: no mínimo 3 e no máximo de 5 palavras serão apresentadas em seguida ao resumo e abstract, que servirão para indexação do artigo.

9. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico, não usar sublinhado. As citações devem ser apresentadas conforme a norma da ABNT NBR 10520, as citações podem ser no

próprio texto e/ou em notas de rodapé. As citações diretas no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (fonte 10) que a do texto e sem o uso de aspas. As palavras estrangeiras devem ser grafadas em itálico.

10. Trabalhos que contenham gráficos, quadros, tabelas ou qualquer tipo de ilustração devem apresentar as respectivas legendas, citando a fonte completa de pesquisa e sua posição no texto.

11. As referências bibliográficas deverão ser indicadas no final do texto, de acordo com a norma da ABNT NBR 6023/2002. Usar Itálico para destacar o título do livro ou do periódico.

12. Os trabalhos que não seguirem as normas deste edital e da ABNT serão devolvidos aos seus autores para correção, devendo ser reenviado no prazo máximo de 10 dias, a contar da devolução ao autor. Caso não cumpra o prazo estipulado neste Edital, o artigo estará automaticamente eliminado da apreciação do Conselho Editorial desta Revista.

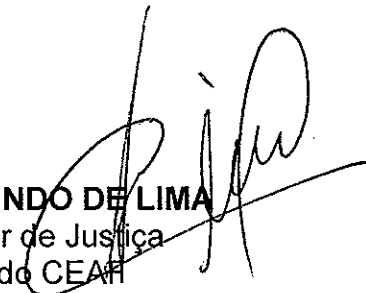
13. O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores e a simples remessa do original para apreciação implicará na autorização para sua publicação.

14. A seleção dos trabalhos para publicação é de responsabilidade do Conselho Editorial e de sua decisão não cabe recurso.

15. Os trabalhos serão submetidos à avaliação cega, que consiste na seleção dos artigos sem que o Conselheiro-avaliador tenha a informação sobre o autor do artigo avaliado.

16. Os trabalhos selecionados serão publicados na Revista Jurídica do Ministério Público de n.7, em formato impresso e eletrônico (CD-R), a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

João Pessoa, 13 de agosto de 2013.



JOSÉ RAIMUNDO DE LIMA
Procurador de Justiça
Diretor do CEAF
Presidente do Conselho Editorial